

## Semiótica transcendental versus interpretação empírica da semiótica

**Josué Cândido da Silva**

Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC - BA  
josuecandido@uol.com.br

**Resumo:** no presente trabalho pretendemos apresentar o debate em torno do conceito de semiótica transcendental elaborado por Karl-Otto Apel. Segundo Apel, tal conceito tem sua origem na transformação semiótica da lógica transcendental operada por Charles S. Peirce já em seus trabalhos de 1868-69 e 1871, nos quais Peirce teria operado a virada da crítica do conhecimento à crítica do significado. A virada semiótica abriu caminho para superação da chamada “filosofia do sujeito”, centrada na relação (pré-lingüística) entre sujeito e objeto, através da relação complementar da comunicação intersubjetiva e da crítica do discurso. Tal superação não significa, segundo Apel, a negação da possibilidade de qualquer fundamentação da Filosofia, como defendem os filósofos pós-modernos, mas, ao contrário, constitui a possibilidade de uma fundamentação pós-metafísica da Filosofia ou, em termos aristotélicos, a realização pós-metafísica do paradigma da **prima philosophia**. Tal tese tem sido alvo de críticas por parte de filósofos pragmáticos como Klaus Oehler e Christopher Hookway. Segundo eles, a idéia de fundamentação transcendental da semiótica é completamente incompatível com a filosofia de Peirce, que teria afirmado não ser ele próprio um “filósofo transcendental”. Além disso, como todo nosso conhecimento está sujeito ao falibilismo e ao melhorismo, devemos submeter nossas crenças a um confronto constante com a experiência sem nunca chegar a fundamentá-las em bases absolutamente seguras. Nesse sentido, a semiótica será sempre uma ciência empírica, já que seu conhecimento está submetido às condições histórico-sociais de desenvolvimento do processo sócio e da experiência, não podendo, portanto, servir de base para fundamentação da filosofia em termos transcendentais. A controvérsia entre semiótica transcendental e semiótica empírica e se ambas guardam uma relação de complementariedade ou de exclusão, deve necessariamente partir do que significa falar em condições “transcendentais” de validade e objetividade no contexto da virada pragmático-lingüística da filosofia contemporânea. Tal problemática constitui o tema da presente comunicação.

**Palavras-chave:** Semiótica transcendental. Apel. Pragmatismo.

### *Transcendental semiotics versus empiricist interpretation of semiotic*

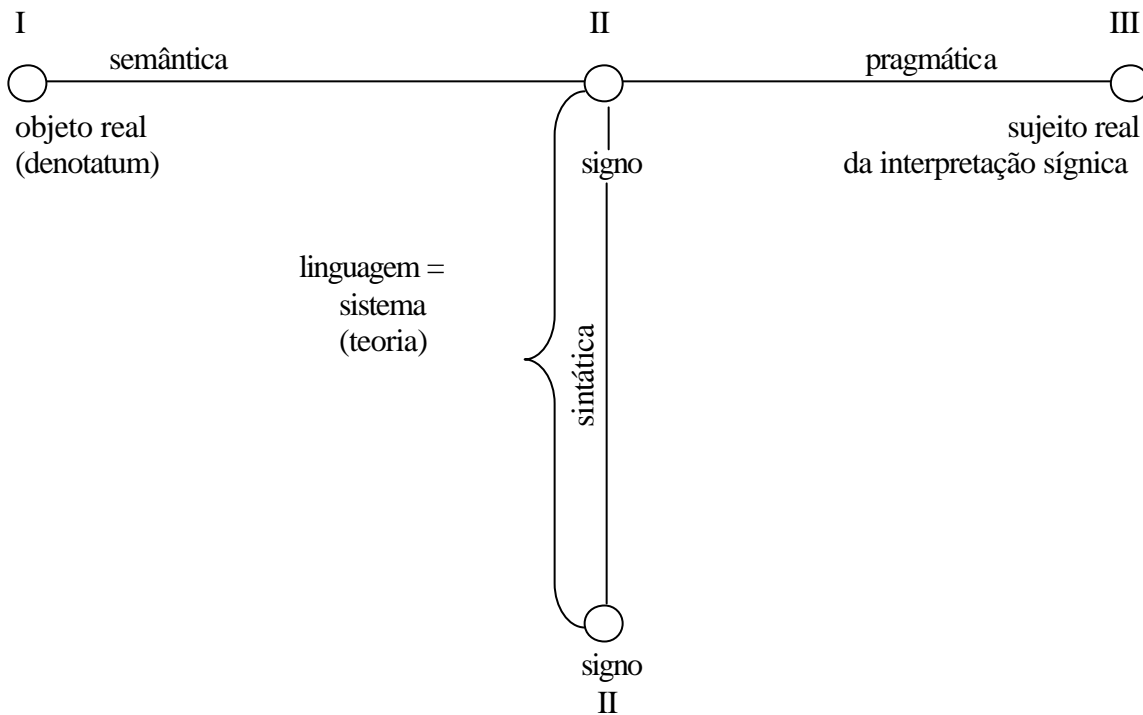
**Abstract:** *This paper aspires to present the debate around the conception of transcendental semiotics elaborated by Karl-Otto Apel. According to Apel such conception has its origin on the semiotics transformation of the transcendental logic operated by Charles S. Peirce already in his works of 1868-69 and 1871 in which he would have operated the turning from critic of the knowledge to the critic of the meaning. The semiotics turning opened a path to the surpass of the so called “philosophy of subject”, centered on the (pre-linguistic) subject-object relation, throw the complementary relation of intersubjective communication and discursive critique. Such surpass does not mean, according to Apel, the negation of the possibility of any ultimate foundation of Philosophy, as the post-modern philosophers defend, but, on the contrary, it constitutes the possibility of a post-metaphysical base of the Philosophy, or, in aristotelic terms, the realization of the post-metaphysical paradigm of **prima philosophia**. Such thesis has been censured by pragmatic philosophers like Klaus Oehler and Christopher Hookway. According to them the idea of transcendental foundation of the semiotics is completely incompatible with Peirce’s philosophy, who would have affirmed not to be himself a “transcendental philosopher”. Furthermore, as all our knowledge is subject to falibilism and meliorism we should submit our believes to a constant confront with the experience without succeeding to build them on bases absolutely dependable. Therefore the semiotics will always be an empiric science as its knowledge is submitted to the social-historic conditions of the developing of the sign process and of the experience, not been able to serve as ground for the foundation of the philosophy in transcendental terms. The controversy between transcendental semiotics and empiric semiotics and if both of them hold a relation of complementarity or of exclusion should necessarily start on what is the meaning of speaking on “transcendental” conditions of valid and objectivity in the context of the pragmatic-linguistic turning of the contemporary philosophy. Such problematic is the theme of this communication.*

**Keywords:** *Transcendental Semiotics. Apel. Pragmatism*

\* \* \*

No presente trabalho pretendemos apresentar alguns aspectos da polêmica em torno da semiótica transcendental de Karl-Otto Apel. Segundo Apel, tal conceito tem sua origem na transformação semiótica da lógica transcendental operada por Charles S. Peirce já em seus trabalhos de 1868-69 e 1871, nos quais Peirce teria operado a virada da crítica do conhecimento à crítica do significado. A virada semiótica abriu caminho para superação da chamada “filosofia do sujeito”, centrada na relação (pré-lingüística) entre sujeito e objeto, através da relação complementar da comunicação intersubjetiva e da crítica do discurso. Tal superação, segundo Apel, abriu a possibilidade de uma fundamentação pós-metafísica da Filosofia ou, em termos aristotélicos, a realização pós-metafísica do paradigma da *prima philosophia*, cujos dois outros paradigmas concorrentes seriam a metafísica geral ou ontologia e a filosofia (transcendental) da consciência. Para uma melhor compreensão da semiótica transcendental proposta por Apel, partiremos do esquema inspirado no modelo tridimensional da semiose de Peirce/Morris:

Figura 1



Nesse esquema está representada a relação entre sujeito (III) e objeto (I) mediada signicamente (II) que comporta, por sua vez, três dimensões da semiose, ou seja, a relação semântica entre o signo e o objeto e a relação pragmática entre o signo e seu intérprete através da relação sintática entre os signos dentro da estrutura de um sistema sígnico ou linguagem. Apel considera que a função sígnica, através da qual nossa cognição de objetos reais é mediada, não pode ela mesma ser filosoficamente tematizada como um mero objeto semântico da função sígnica, mas precisa ser

considerada como a condição de possibilidade de descrever e interpretar algo como um objeto intersubjetivamente válido do conhecimento teórico. Tal condição de possibilidade é dada por nós mesmos, na medida em que reivindicamos que as pretensões de validade de nossas proposições ou argumentos sejam confirmadas ou contestadas por qualquer virtual membro de uma comunidade ilimitada de argumentação. Quando argumentamos, admitimos *a priori* a existência de determinadas regras que regem o discurso, sem as quais este não seria possível. Tais regras não pertencem a um sujeito transcendental mas constituem as bases intersubjetivas de validade do próprio processo argumentativo.

Se tomarmos como base o esquema tridimensional da semióse, podemos perceber como a sucessão dos paradigmas da Filosofia Primeira pode ser interpretada como um progresso histórico do pensamento humano.

Os três possíveis tipos de Primeira Filosofia, distinguidos de acordo com a proposta semiótica de ordem de sucessão, podem ser aproximativamente identificados com os três paradigmas de Primeira Filosofia como eles na verdade se seguiram um ao outro na história da filosofia. Por isso, pode-se dizer que a metafísica geral ou ontologia no sentido aristotélico considera como o ser real (I) pode ser designado e denotado por signos nominais (nomes próprios e gerais) como o tópico principal da filosofia. Por outro lado, a filosofia transcendental ou crítica da razão pura no sentido kantiano considera o ser (I) somente enquanto um possível objeto cognitivo do sujeito transcendental ou consciência (III) como tópico da filosofia, sem considerar a linguagem ou a função sígnica como uma condição transcendental de possibilidade de validade intersubjetiva da interpretação do mundo e, conseqüentemente, constitutiva do objeto. Finalmente, a semiótica transcendental, como esbocei anteriormente, pode ser considerada como o terceiro paradigma da Primeira Filosofia que concenbe o ser como possível objeto (denotatum e designatum) da interpretação do mundo mediada signicamente e, por conseguinte, considera a relação sígnica triádica (inteira) como o tópico principal da filosofia.<sup>1</sup>

Dessa forma, a semiótica transcendental não só se constitui como um dos paradigmas de Primeira Filosofia mas também serve como idéia básica para se pensar todos os três paradigmas de Primeira Filosofia e de outros mais que podem igualmente ser derivados com base no mesmo esquema.

### **É possível uma fundação transcendental da semiótica?**

A interpretação de Apel da transformação semiótica da lógica transcendental operada por Peirce tem sido objeto de polêmica entre os filósofos peircianos. Klaus Oehler em seu artigo “Is a Transcendental Foundation of Semiotics Possible? A Peircean Consideration” pretende justamente demonstrar que tal fundamentação não só não é possível como estaria em completo desacordo com a filosofia de Peirce e

---

<sup>1</sup>. Karl-Otto Apel. “Transcendental Semiotics as First Philosophy”. In: *Karl-Otto Apel: Selected Essays volume one – towards a Transcendental Semiotics*. Edited and Introduced by Eduardo Mendieta, New Jersey: Humanities Press, 1994, p. 119.

corresponderia, na verdade, ao velho sonho da filosofia alemã de encontrar “a Flor Azul da fundamentação última<sup>2</sup>”.

Oehler argumenta que até mesmo na era moderna, a semiótica era vista primeiramente como um instrumento de lógica, retórica ou lingüística e algumas outras disciplinas, e “embora fosse reconhecida como tendo algum tipo de *status* fundacional, a semiótica não foi ela mesma pensada como requerendo uma fundação sistemática. Tal fundação tornava-se aparentemente supérflua pelo caráter empírico efetivo do signo<sup>3</sup>”. Mesmo na semiótica de Peirce, o conceito de fundamentação joga um papel periférico. Além disso, não poderia ser tomado como transcendental na forma em que o termo é empregado por Kant, como condições *a priori* da experiência possível. Isso porque o termo transcendental a muito foi abandonado pelos próprios kantianos diante da dificuldade em se demonstrar quais as condições da experiência em geral. Apelar para algo como um “*à priori* lingüístico” é uma tentativa de responder a questões que já não podem ser postas em termos transcendentais.

A linguagem, argumenta Oehler, não pode desempenhar um papel de fundamentação última na semiótica justamente porque ela é o resultado de um processo de evolução histórica. Os signos não se limitam à forma do signo proposicional, nem tampouco aos signos lingüísticos. Os seres humanos alcançam uma superioridade cognitiva através da criação de símbolos que representam e controlam nossos hábitos de ação.

Mas a razão comunicativa é só um caso particularmente complexo da semiose, caracterizado pela produção orientada para uma meta, o uso e a interpretação de signos. Isso de nenhuma maneira muda o fato de que os signos também figuram nos mais baixos níveis de vida, como nós sabemos através da pesquisa em comunicação animal<sup>4</sup>.

O fato da linguagem não ser ela mesma parte do desenvolvimento da semiótica depõe contra “a possibilidade de uma fundamentação transcendental não só da semiótica, mas da filosofia em geral<sup>5</sup>”. Pois ela não pode fundamentar algo do qual é também resultado. Por isso, Peirce teria preferido fundamentar sua teoria do signo não nos mecanismos da linguagem e da gramática.

Ao invés disso, ele preferiu ancorar sua teoria do signo na doutrina das categorias, é esse ancoramento que garante sua generalidade. A situação de fala e a racionalidade comunicativa nela implícita não devem em hipótese alguma se tornar o suporte para o fardo de prover a fundação da semiótica. Ela somente representa uma peculiar instância privilegiada através da qual a estrutura básica do signo é ilustrada<sup>6</sup>.

Da mesma forma, a linguagem não pode servir como fundamento *a priori* das condições da experiência possível. Pois, como toda experiência é organizada em um sistema de signos, ela está ligada a um processo social de interação intersubjetiva dos membros de uma comunidade de participantes no processo de interpretação sgnica. A expansão do conhecimento é dependente da expansão do significado da experiência. Da

<sup>2</sup>. Cf. Klaus Oehler. “Is a Transcendental Foundation of Semiotics Possible? A Peircean Consideration”. In: *Transactions of the Charles S. Peirce Society. A Quarterly Journal in American Philosophy*. Vol. XXIII, n° 1, 1987, p.57.

<sup>3</sup>. Idem, p.45.

<sup>4</sup>. Klaus Oehler. “A response to Habermas”. In: Ketner, Kenneth L. (ed.) *Peirce and Contemporary Thought: Philosophical Inquires*. New York: Fordham University Press, 1995, p.269.

<sup>5</sup>. Klaus Oehler. “Is a Transcendental Foundation of Semiotics Possible? A Peircean Consideration”. Op. cit., p.55.

<sup>6</sup>. Klaus Oehler. “A response to Habermas”. Op. cit., p.268.

mesma forma que a eletricidade representa mais para nós hoje do que representava para Franklin. Mas o desenvolvimento do processo sgnico assim como da experiência é completamente contingente e dependente das condições históricas do desenvolvimento humano, não podendo, portanto, servir de base *a priori* para o mesmo.

Uma fundamentação última nunca poderá ser evocada, pois a consistência da experiência é sujeita às condições contingentes do tempo que tem se desenvolvido filogenético e historicamente, e possivelmente continuará a se desenvolver. Uma estrutura genético-historicamente variável e dependente do tempo é relativa às formas de experiência de um dado tempo, é constitutiva dessas formas e as afeta como alterações em resposta às novas formas pelas quais realidade é objetivada<sup>7</sup>.

Uma fundamentação transcendental da semiótica é não só incompatível com a lógica dos signos, como impossível. E não devemos esquecer, como afirma Oehler, que Peirce descreveu o método transcendental como uma espécie de ocultismo (CP 3.422) e considerava a si próprio como um filósofo não-transcendental. Peirce distingue claramente, como aponta Christopher Hookway, a sua lógica da de Kant, que via os princípios lógicos como princípios constitutivos, enquanto para Peirce todo princípio da lógica é um princípio regulativo e nada mais.

Peirce e os “transcendentalistas” diferem no *status* lógico das “pressuposições da lógica”. Os kantianos acreditaram que mostrando que algo é uma pré-condição da experiência ou da investigação, isso de alguma maneira legítima nossa garantia de sua verdade. Peirce negou que a *crença* em compromissos fundamentais possa ser legitimada deste modo: o máximo que nós estamos autorizados a esperar é que elas sejam verdadeiras<sup>8</sup>.

Nesse sentido, transformar a lógica da investigação de princípio regulativo em princípio constitutivo, seria uma extrapolação da teoria de Peirce, segundo a qual a única coisa que legitima a nossa crença de que algo é verdade é a continuidade do processo de investigação e a esperança de que algum dia possamos finalmente encontrar a verdade, lembrando sempre que todo nosso conhecimento está sujeito ao falibilismo e ao melhorismo. É por isso que Peirce situa a lógica como uma ciência normativa ao lado da ética e da estética e não como um princípio constitutivo, não fazendo dela o repositório de princípios constitutivos, como o faz Kant.

### **A resposta de Apel**

A resistência de muitos filósofos peircianos à interpretação de Apel se deve, em grande parte, no fato de verem nela uma forma pré-peirciana de pensamento e a necessidade de se admitir todas as implicações contidas no termo “transcendental”. Tal admissão implicaria em colocar Peirce ao lado dos filósofos fundacionistas que pretendem construir um sistema de pensamento deduzido a partir de uma fundamentação última, o que levaria a abandonar uma das características mais importantes da filosofia de Peirce: a admissão do acaso; da incompletude insuperável de nosso conhecimento e da abertura do signo em processo de constante evolução.

A pretensão de Apel, porém não visa a interpretação de uma “semiótica transcendental” nos termos descritos acima. Ela aproxima-se mais daquilo que poderíamos postular como condições intranscendíveis, ou seja, sem as quais não é

---

<sup>7</sup>. Klaus Oehler. “Is a Transcendental Foundation of Semiotics Possible? A Peircean Consideration”. Op. cit., p.55.

<sup>8</sup>. Christopher Hookway. “Metaphysics, Science, and Self-Control: a response to Apel”. In: Ketner, Kenneth L. (ed.) *Peirce and Contemporary Thought: Philosophical Inquires*. Op. cit., p.402.

possível qualquer conhecimento. Tais condições não derivam de um sujeito transcendental, mas da interpretação do mundo mediada sógnicamente.

O termo "semiótica transcendental" pode ser tomado como conotando o programa peirciano de uma transformação da "lógica transcendental" kantiana, um programa que substitui o conceito kantiano de sujeito transcendental do conhecimento pelo de comunidade indefinida de interpretação sógnica. (...) Assim a *relação* (pré-lingüística) *sujeito-objeto* da epistemologia kantiana é transformada pela relação complementar de *comunicação intersubjetiva e crítica discursiva* de tal modo que a dimensão kantiana do a priori transcendental torna-se acessível ao *falibilismo* e *melhorismo* dos processos de inferências sintéticas e interpretações lingüísticas; ao mesmo tempo, a função *transcendental* da *semiose*, quer dizer, de interpretação do mundo mediada sógnicamente, é preservada como uma fundação normativa das inferências sintéticas objetivas e válidas a longo prazo, através de idéias regulativas<sup>9</sup>.

Portanto, não se pode conhecer o mundo sem signos, os signos são as condições intrascendíveis do conhecimento. Kant pensava a relação de conhecimento como resultado da interação entre sujeito e objeto e procurou fixar em um dos pólos dessa relação (no sujeito) a condição de validade do conhecimento. As condições transcendentais do sujeito (intuição e pensamento), ganham assim um papel constitutivo, pois formam as bases *a priori* de validade do conhecimento. Já na relação sógnica, o processo de conhecimento nunca pode estar desvinculado da comunidade de interpretação sujeita ao falibilismo e ao melhorismo, cuja lógica de investigação, a longo prazo, conduzirá à verdade. Assim, a interpretação sógnica do mundo preserva um caráter de fundação normativa, baseado em um ideal regulativo que orienta a investigação empírica. Isso porque sem a idéia de "opinião última" ou consenso da comunidade como *postulado necessário da lógica semiótica*, a investigação em busca da verdade como um empreendimento do discurso argumentativo não faria sentido algum. Portanto, a semiótica transcendental corresponde às condições de possibilidade da cognição mediada sógnicamente. Tal tese não transforma a semiótica em um sistema quase metafísico, desde que se mantenha a distinção entre semiótica transcendental e semiótica empírica. Partindo dessa distinção em-se elementos para responder à objeção levantada por Oehler, de que a linguagem não poderia servir como fundamentação da semiótica já que corresponde ao último estágio no processo de evolução da função sógnica.

Em Peirce há uma paradigmática prioridade da linguagem porque só a linguagem "pode prover o tipo de interpretação sógnica – conseqüentemente, da *cognição do real* mediada sógnicamente – que é pressuposta pela ciência e pela própria semiótica filosófica<sup>10</sup>". Ou seja, todo conhecimento envolve uma dimensão pragmática do acordo mútuo entre os participantes da comunidade de investigação, que torna possível a própria investigação. Toda argumentação se dirige a um *alter*. Se algo como uma semiótica transcendental desempenha um papel tão importante na filosofia de Peirce, então por que não se pode encontrar em sua obra algo como uma semiótica transcendental como Apel sugere?

A hipótese de Apel é que Peirce talvez não tenha refletido suficientemente sobre o alcance de sua transformação semiótica da lógica de Kant e abandonado essa perspectiva ao se dedicar aos seus estudos sobre fenomenologia, metafísica e

<sup>9</sup>. Karl-Otto Apel. "Transcendental semiotics and hypothetical metaphysics of evolution: a peircean or quasi-peircean answer to a recurrent problem of post-Kantian philosophy". In: Ketner, Kenneth L. (ed.) *Peirce and Contemporary Thought: Philosophical Inquiries*. Op. cit., pp. 376-377.

<sup>10</sup>. Idem, p.382.

cosmologia. Em todo caso a hipótese heurística de uma semiótica transcendental do jovem Peirce (1868-1871) não é incompatível com seus estudos tardios, já que a fenomenologia e as hipóteses metafísicas não têm para Peirce um caráter fundacional, mas apenas um papel elucidativo e ilustrativo. Além disso, muitas confusões sobre as idéias fundamentais de Peirce poderiam ser dissolvidas se considerarmos que a definição de “realidade” como objeto da opinião última da comunidade indefinida de investigadores não significa que “a *existência* do real – ou o real como o universo existente – é tornado dependente do sucesso do resultado do processo de cognição, ou que a existência do real tem que ser demonstrada independentemente porque o sucesso do resultado do processo de cognição é incerto<sup>11</sup>”. A realidade tem uma função de idéia regulativa enquanto o real precisa ser entendido *a priori* como algo que é, em princípio, cognoscível. Desse modo, a teoria da verdade e a da realidade não têm o *status* de hipóteses metafísicas porque elas correspondem à semiótica transcendental. Ou seja, é razoável que o processo de evolução do universo tenha como finalidade o aumento da razoabilidade e que nós dentro desse processo também possamos convergir nossos esforços para aumentar a razoabilidade concreta do universo. Mas as hipóteses metafísicas não podem garantir que o processo de racionalização do universo seja continuado pelos seres humanos. Nada garante que os processos de investigação venham finalmente coincidir com a verdade. Ao contrário do que postulava Kant, toda investigação é baseada nesse princípio regulativo, mas não é garantida por ele. Logo, o processo de investigação necessariamente pressupõe uma ética em nome da qual deve-se sacrificar os interesses pessoais em nome do interesse da comunidade. Segundo Apel, essa noção de uma comunidade de investigação indefinida, que poderia englobar toda humanidade, pode servir de base para fundamentação de uma ética do discurso. “Tal extrapolação da noção de comunidade de Peirce, poderia, eu acho, prover a fundação de uma *ética formal-deontológica do discurso* que constituiria uma transformação semiótico-transcendental da ética de Kant da lei moral como uma possível continuação das leis da natureza<sup>12</sup>”.

---

<sup>11</sup>. Idem, p. 390.

<sup>12</sup>. Idem, pp. 396-397.